

# **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN E A IMPORTÂNCIA DAS INTERAÇÕES NO ENSINO.**

Natália Cristina Octávio de Moraes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho aqui apresentado vem mostrar como ocorre a inclusão de alunos com síndrome de Down nas escolas, e os fatores de interações que contribuem para o seu desenvolvimento. O objetivo principal que se almeja com desencadeamento deste artigo, surge do interesse em refletir sobre as reais necessidades da criança, compreendendo a relação escola e família, e a intervenção pedagógica como facilitadora da aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Interação; Síndrome de Down.

## **1 Introdução**

Ao longo dos tempos a ideia de inclusão de pessoas com necessidades especiais envolve processos de transformações nos aspectos políticos, sociais, culturais. A inclusão tem suscitado muitas discussões devido à complexidade de fatores para a sua concretização. As escolas buscam uma educação inclusiva que promove uma “educação para todos”, mas para que de fato possa se concretizar é preciso à aceitação de pais, professores e sociedade em geral.

Conforme Sasaki (2006) a sociedade já praticava a exclusão social, para isso seria necessário à inclusão social.

Assim sendo, o estudo objetivou em compreender esta realidade, buscando analisar como ocorre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no cenário educacional, verificando as reais dificuldades enfrentadas, como as relações sociais, e a intervenção pedagógica podem contribuir para o seu desenvolvimento, sendo necessário em muitos momentos a intervenção do professor na busca dos objetivos mais condizentes.

A escola para poder cumprir com seu papel necessita do apoio da família e da sociedade. A Família representa o primeiro contato da criança síndrome de Down

---

<sup>1</sup> Graduação em Licenciatura em Pedagogia, pela Instituição FHO|Uniararas. E-mail do autor: nacmoraes@outlook.com. Orientador: .....

com o mundo, e servirá de base para o fortalecimento das relações sociais.

Nesta perspectiva, a metodologia aplicada neste trabalho, trata-se de pesquisa bibliográfica a partir da revisão extensiva da literatura mediante o tema com vistas a provocar um olhar crítico de pensar e praticar a inclusão.

## 2 Inclusão: Conceitos Teóricos

A inclusão escolar necessita de mudanças nos sistemas de ensino. Pode-se observar que as escolas ainda não estão preparadas para lidar com a pessoa com necessidades especiais, devido às adaptações que deverão fazer nos currículos, nas salas de aula, e entender que ela é igual, um cidadão que merece ser tratado como as outras crianças ditas normais.

A história educacional passou por períodos da segregação, integração e inclusão. Neste sentido, Fletcher apud Sasaki (1997, p. 29) destaca, “<<a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações>>”

Já para Sasaki (2006, p 29)

O modelo médico de deficiência tem sido responsável, em parte pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa com deficiência, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo.

Desta forma, é possível observar que para a concretização plena da inclusão, sempre existiram barreiras, pois, a sociedade não aceitava mudanças radicais.

Assim sendo, a deficiência era vista como um mal, e que não merecia de muitos cuidados e atenção, partindo do pressuposto que as pessoas com

deficiência é que deveriam ser tratadas ou até mesmo curadas, eram excluídas totalmente.

Neste Sentido, Mantoan (2003) destaca que o mundo e as pessoas mudam constantemente, manifestando com novas de maneiras de pensar e agir. Conforme, a autora, o cenário educacional se deteve de formas de sustentalização, seguindo modelos na qual empregava ser o melhor caminho a ensinar, visando o atendimento de determinados grupos e segmentos.

Para a autora, é necessário uma ruptura de paradigmas, não basta mais seguir um modelo padrão, deve-se, portanto buscar estrategicamente novas mudanças de inovar, para que a inclusão se torne uma realidade a fim de atender as diversidades humanas e culturais, rompendo com todas as barreiras tradicionais, que impendem as transformações nas organizações curriculares das escolas.

Segundo Mantoan (2003), a escola não pode mais fingir que não possui conhecimento destes processos e singularidades, com isso se faz necessário uma ressignificação de novos métodos. Desta maneira, ainda destaca que os sistemas de ensino excluem pessoas que não atendem as propostas, “onde dividem alunos normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial”. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. A inclusão depende de determinados fatores.

A inclusão tem uma intenção, pois propicia solidariedade humanitária, consciência de cidadania, necessidade de melhoria da qualidade de vida, investimento econômico, necessidade de desenvolvimento da sociedade pressão internacional, cumprimento da legislação, combate à crise no atendimento, crescimento do exercício do empoderamento. (Sassaki, 1995, págs, 171, 172, 173).

Diante das definições dos autores, eles apresentam algo em comum: em que a inclusão deve ser oferecida integralmente, combatendo todas as formas de preconceitos e discriminações presentes na atualidade, exige-se que os cidadãos estejam preparados para o cumprimentando e a melhoria da qualidade no atendimento para as pessoas portadoras de deficiência.

Mantoan (2003) se refere à integração quando os alunos não estão aptos ao ensino regular e que não conseguiram acompanhar os conteúdos, com isso, o aluno pode frequentar o ensino regular, bem como, o ensino especial, sendo um ensino separado, pois entendem que os alunos devem adaptar-se as instituições. Partindo deste ponto, a inclusão escolar ocorre o contrário “pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática” A intenção é de abolir com escolas que segregam alunos, uma opção é de melhorar o atendimento e ensino ministrado, possivelmente na classe regular.

A Constituição determina “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). Mais adiante “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”.

Conforme, visto em leis a escola não pode negar e muito menos excluir, deve garantir que todas as pessoas independente de suas características, frequentem e tenham acesso à educação.

A inclusão visa à inserção do aluno no contexto social e também na educação. O Processo de inclusão é muito abrangente, sendo que deve ser entendido como inserção de todos, com ou sem necessidades, e que por algum motivo estão fora da escola, não estão participando e nem exercendo com seus direitos humanos e a cidadania, A Declaração Universal dos direitos Humanos, 1948, “destaca que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” A Assembleia Geral da ONU adotou algumas normas para as pessoas com deficiência:

<< O princípio de direitos iguais implica que as necessidades de cada um e de todos são de igual importância e que essas necessidades devem ser utilizadas como base para o planejamento das comunidades e que todos os recursos precisam ser empregados de tal modo que garantam que cada pessoa tenha essa oportunidade igual de participação.>> ( § 25)

Pode-se observar que as necessidades das pessoas estão asseguradas e que elas tem o mesmo direito e oportunidades de exercer sua cidadania, tendo acesso a saúde, educação e demais serviços oferecidos pela comunidade.

Conforme, Sasaki (2006) a sociedade emprega e discrimina as necessidades das pessoas, referindo-se como incapazes, não oferecem oportunidades de acesso, como ambientes e espaços físicos ficam restritos. A sociedade no geral, precisa romper as barreiras, utilizando novos recursos que garantam a participação plena de todos os cidadãos como descrito nas leis.

O grande desafio da Educação Inclusiva é de inserir todos os alunos sem qualquer tipo de exclusão, envolvendo todas as condições favoráveis para seu desenvolvimento. Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB) n. 9394 de 1996, no Capítulo V, artigo 58, utiliza “entende-se por educação especial, para efeito desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Uma sociedade inclusiva reconhece e valoriza a diversidade buscando garantir o acesso e a participação de todos. Os alunos já possuem esses direitos garantidos em leis.

Com base neste referencial, compreende-se que a Educação Inclusiva se compromete em educar todos os alunos, oferecendo as mesmas condições, respeitando as características e capacidades de cada um.

### **3 Características Da Síndrome De Down E A Família**

Pueschel (1986), explica que a causa da síndrome de Down ocorre com um acidente biológico à alteração do cromossomo 21, divisões das células meióticas apresentando três pares a mais, e este cromossomo é responsável pelo atraso desenvolvimento físico e mental, os portadores possuem 47 cromossomos que se define como “Trissomia Simples”.

O autor destaca que a criança com Síndrome de Down tem características comuns, por exemplo, a cabeça é menor do que as outras crianças, o rosto é um pouco achatado, nariz, boca e orelhas são menores, olhos amendoados, dedos curtos, o pescoço pode ser largo, a pele é clara e algumas crianças podem ter problemas no coração, entre outras. Por apresentar problemas de saúde, necessita

de acompanhamento médico, sendo avaliados por especialistas, evitando problemas mais graves, como, na visão, audição, etc. Não existe um tratamento efetivo e prevenção para a Síndrome de Down. (PUESCHEL, 1988).

Murphy (1984) relata que a família até o nascimento da criança se prepara para receber a chegada do tão sonhado filho. Durante a gestação, os pais não tiveram certeza da anormalidade, mas a dúvida que alguma coisa pudesse dar errado sempre existiu. Durante o nascimento do bebê é possível detectar algumas características que antes ficaram despercebidas, como a aparência do bebê, e em seguida, se deparam com a notícia do médico que o filho é portador de Síndrome de Down.

Desta forma, para a autora este momento é de muito sofrimento e tristeza, causando sentimentos de angústia, frustração, medo. Cada pessoa lida com este processo de maneira diferente, tomando atitudes diversas, muitos pais até pedem para realizar o teste cromossômico comprovando que o médico estava errado, outros realizam um telefona pedindo ajuda, e têm os que acreditam que tenham cometido algum pecado, e que estariam pagando pelos seus atos. Agora, deverão tomar cuidados, assumindo novas formas para educar o filho. Mas o que devemos fazer? A criança se desenvolverá? Muitas são as perguntas que os pais se fazem, e até hoje muitas das respostas não foram encontradas.

Conforme, Murphy (1984, p. 26) "Alguns pais sentem-se inseguros sobre a aceitação de uma criança portadora de deficiência na vida familiar e temem o investimento emocional numa pessoa que pode lhes trazer mais tristeza do que prazer". Percebe-se que os pais, demandam um tempo maior para a aceitação do filho, levando até meses para uma aproximação para enfrentar a realidade.

Ainda conforme a autora, muitos pais depois de constatado o diagnóstico tentam esconder a criança de parentes e da sociedade, mantendo-a em segredo, temendo que serão prejudicados e vistos como derrotados. E nesta perspectiva, até familiares e amigos não sabem como lidar com a situação. Nestes momentos de conflito, é essencial pedirmos ajuda, principalmente para especialistas, submetendo a treinamentos, conversas, troca de experiências com outros pais.

Essa autora adverte que os primeiros contatos da pessoa com necessidades especiais é a família. A família, conseqüentemente deve primeiramente entender e aceitar que terá um filho com Síndrome de Down, que a criança irá crescer, andar, correr, pular. Além disso, os pais não devem gerar sentimentos de frustração, pois

assim a criança também sentirá uma angústia e isso influenciará no seu progresso. Portanto, é preciso superar as etapas e as fases em relação a ter um filho especial.

#### **4 Interação Social e a Importância Para O Desenvolvimento**

Zausmer (1984) enfatiza que crianças com Síndrome de Down possuem um atraso nas funções, mas com estímulos e ajuda num ritmo mais lento pode-se alcançar um progresso no seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, a autora explicita trabalhos e atividades que podem ser realizados com os pais. Entendendo que a criança necessita explorar o mundo ao seu redor através do corpo, sensações, cada uma tem suas especificidades e talentos a serem revelados e apreciados. Para Montessori (1967) "As mãos são os instrumentos da inteligência do homem"

A criança desde bebê necessita de cuidados e exercícios musculares que auxiliarão no fortalecimento da musculatura corporal, conseguindo erguer a cabeça, e também virar-se, variadas posturas que contribuirão para o seu desenvolvimento. Estas atividades são valiosas, pois propiciam momentos de carinho e aceitação, os pais mesmo podem estar propiciando para o filho (a), transmitindo experiências valiosas e gratificantes, e que demandam certo carinho, atenção e aceitação. (Zausmer, 1984)

Segundo Zausmer (1984), as crianças com necessidades especiais estão aptas a aprender, merecendo atenção em atividades que envolvam a motricidade, pois muitas crianças ainda têm dificuldades na motricidade fina. Nesta direção, uma opção é de se trabalhar com exercícios que favorecerão no desenvolvimento de agachar, sentar, erguer a cabeça, entre outros. Conforme a autora, devemos propiciar brincadeiras em diversas situações que permitam a exploração e manuseio de objetos, encorajando-a e colocando desafios que possam ser superados. Assim, crianças com atraso no desenvolvimento começam a interessar-se por essas atividades. Para a autora os momentos de ludicidade devem ser ministrados de forma correta, desde a manipulação de objetos, deste modo, os pais podem reproduzir as brincadeiras do cotidiano e que mesmo sendo difíceis momentos como este, é necessário uma participação, estimulando a criança especial a se socializar através das brincadeiras, do faz de conta, compartilhando experiências e

alegria.

Para Pueschel (1986), o aluno não terá problema na escola, se na família ela pôde aprender a linguagem, tendo acesso ao mundo ao seu redor, não ficando restrita e superprotegida. Neste sentido, entendemos que o avanço da sua independência e do sucesso na escola será satisfatório, a criança não enfrentará muitos problemas, se oferecer estímulos pertinentes, estabelecendo uma interação entre família e escola. Conforme, o autor, as escolas precisam de uma adaptação curricular que atendam as reais necessidades dos alunos com síndrome de Down.

As instituições de ensino devem oferecer fomento para uma aprendizagem significativa e interessante, na qual as crianças se sintam preparadas para atuar na sociedade.

Fredericks (1986) aborda que o aluno com síndrome de Down deve interagir com pessoas com deficiência e também com pessoas sem deficiência para interações sociais relevantes, e só se tornará possível se a criança frequentar uma escola pública, onde desfrute desses tipos de relações.

Ainda para o autor a integração total entendida como a frequência do aluno na escola regular, e a parcial onde a educação especial surge como incremento podendo ser ministrado por especialistas e auxiliares, em salas de recursos. Assim, conforme a sua jornada escolar, professores devem estar trabalhando conteúdos e estratégias apropriadas de ensino e de fácil compreensão em diversos contextos.

Se desejamos que a criança com síndrome de Down seja capaz de interagir com seus pares não deficientes, manter um emprego com a comunidade e participar com conforto e confiança em espaços e atividades acessíveis à população não deficiente, os principais instrumentos são os que podemos oferecer a estas crianças são os da comunicação e sociabilidade. (FREDERICKS, 1986, p. 187).

Para Vygotsky (1998), a interação no meio social entre indivíduos mais experientes é de extrema importância para alunos, através do meio em que a criança se encontra, pois ao interagir e se relacionar, estará se desenvolvendo com diversos tipos de linguagens, o que ajudará no desenvolvimento da fala e audição. A troca de experiências é fundamental no ambiente escolar. O professor desempenha a função

de mediador dessas relações desenvolvendo estratégias que contribuem para a formação, aquisição do pensamento e conhecimento no sujeito. “A verdadeira comunicação se desenvolve somente entre pessoas que compartilham vivências e se querem bem”. (HORSTMEIER, 1985, p. 243).

Segundo Alves (2007, p. 41)

[...] na criança com Síndrome de Down a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas, como a linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-temporal e lateralidade.

É possível observar com a afirmação dos autores, que ao trabalhar com a habilidade e comunicação estamos favorecendo práticas de exercícios que ajudarão o aperfeiçoamento do seu avanço. Desta maneira, pais, professores e comunidade, devem contribuir para a construção de experiências gratificantes e métodos eficazes para o aprimoramento da comunicação.

É fundamental que a escola conheça a história de vida da criança, da família, para facilitar a evolução dos aspectos, cognitivo, linguístico e socioemocional. (VOIVODIC, 2004). Nesta direção, “cabe, portanto ser investigador, ou seja, aquele que ouve, vê e procura o potencial de cada criança com quem trabalha” (ALVES, 2007, p. 39).

Através dos argumentos, é possível concordar com os autores que os educandos dependem de vários fatores e processos que auxiliam no seu progresso, sendo o professor responsável por elaborar e enriquecer seu aprendizado, repertoriando atividades de modo que ninguém fique de fora.

Segundo Sasaki (2006), o papel do professor é de trabalhar com as inteligências múltiplas, repertoriando atividades, métodos de ensino, na qual o aluno é convidado a participar deste processo, envolvendo-os em cada etapa, despertando seu gosto em aprender, respeitando o ritmo de aprendizagem, utilizando de formas para atingir melhores resultados nas inteligências dos alunos.

Para Fonseca (2002, p. 26)

Ser deficiente ou diferente, não é, nem nunca foi sinônimo automático de

limitação na adaptação na aprendizagem ou na realização pessoal – social. A deficiência deverá ser pensada com mais luta no foro pessoal e emocional, do que um processo de discriminação social contra uma minoria estigmatizante. Assim, todas as crianças e jovens com deficiência têm direito a estar na escola e a estar incluídas nas estruturas regulares de ensino e cabe aos professores criarem uma escola onde todos se respeitam e preconizem os valores de cada um.

Pode-se dizer, então, que para um melhor desempenho na escola, todos os funcionários, alunos, professores, devem acolher e aceitar também o novo aluno, pois não é só porque o indivíduo apresenta uma deficiência que ele é incapaz, mas sim, enfatiza-se que com o apoio da família, em conjunto com os professores o seu avanço será satisfatório.

Góes (2007), relata que é preciso romper com as práticas tradicionais, onde a sequencia deve obedecer a uma ordem cronológica, considerando as práticas significativas, que sejam produtoras de conhecimento para os indivíduos e que possam atuar criticamente no meio em que está inserido.

Assim, com a afirmação da autora, os professores devem romper com os paradigmas, abandonando as práticas tradicionais. Portanto, o educador deve constantemente ficar atento, analisar as mudanças para atingir o desenvolvimento deste aluno.

“À escola cabe, porém, dispor de recursos e procedimentos não uniformes para que os alunos tenham possibilidades de caminhar além de seus limites”. (PADILHA, 2004, p. 77)

Sendo assim, o professor para poder cumprir bem com o seu trabalho, necessitada da ação conjunta da escola, dando suporte, disponibilizando recursos e materiais necessários para que o educando sinta prazer e segurança em aprender.

## **CONCLUSÃO**

Por meio deste estudo entende-se que a Inclusão de alunos com Síndrome de

Down é uma realidade e que já faz parte das políticas públicas, e que está nas propostas das instituições de ensino. O processo de inclusão desenrola-se ao longo de toda a vida do indivíduo, e depende constantemente da sua ação. Neste caso, não basta apenas esses direitos estarem no papel, é necessário oportunizar práticas constantes e diversas para intensificar a sua atuação.

Nas observações dos teóricos, pode-se perceber que as crianças com Síndrome de Down, possuem singularidades próprias e que aprendem num ritmo e em um determinado tempo, sendo o professor responsável pelo sucesso do aluno em sua sala de aula, tornando-a mais agradável em um ambiente acolhedor. Muitos professores ao longo de sua jornada têm dificuldades na hora de exercer sua prática, devido à falta de recursos que facilitem o seu trabalho. Diante deste fato, as escolas devem disponibilizar recursos adequados que garantem o cumprimento da sua prática pedagógica.

Neste sentido, pais, escolas, professores, alunos e a sociedade em geral, tem o desafio de aceitarem as diferenças, combatendo todos os tipos de preconceitos, garantindo um desenvolvimento rico de estímulos para cada necessidade dos sujeitos, promovendo aprendizagens significativas, cheias de interações sociais.

Ressalto ainda que a inclusão vem desestabilizar os sistemas de ensino que continuam com a mesma crença, não admitem o novo. Muitas escolas não aceitam a inclusão, mas é possível como visto no decorrer do trabalho, pois as mudanças estão aí, devem ser encaradas, solucionadas, a fim de incluir todos, sem exceção, sem distinção, buscando uma prática pedagógica inovada, organizando os currículos escolares com a intenção de uma educação de qualidade que garante o pleno desenvolvimento de todo e qualquer cidadão na construção da sua cidadania e autonomia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei. nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

FONSECA, Vitor da (2002). **Tendências Futuras para a Educação Inclusiva**. In Correia, Luis de Miranda (Editor) *Inclusão*, nº 2 – Universidade do Minho, Instituto de estudos da Criança, Braga, pp. 11 – 32.

FLETCHER, Agnes. **Idéias para práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de dezembro**. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: Prodef/ Apade, 1996. Tradução de: Information Kit to support the International Day of Disabled Persons: 3 December.

FREDERICKS, H. D., & DeROEST, C. **Integration of children with Down syndrome at the elementary school level: A pilot study**. In S.M. Pueschel, C. Tingey, J.E Rynders, A. Crocker, & D.M. Crutcher (Eds.), **New perspectives on Down syndrome**. Baltimore; Paul H. Brookes Publishing Co., 1986, pp. 179-193.

GÓES, Maria. Cecilia Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (orgs). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

HORSTMEIER, D. **The mother-child communicative interactions of educationally advantaged Down syndrome and normal children matched for auditory comprehension**. Unpublished doctoral dissertation, Ohio State University, Columbus, 1985.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

MONTESSORI, M. **The absorbent mind.** New York; Holt, Rinehart & Winston, 1967.

MURPHY, A. **Social servisse evaluations.** In S M. Pueschel (Ed.), **The Young child with Down syndrome.** New York: Human Sciences Press, 1984, pp. 87 – 103.

NAÇÕES UNIDAS. **Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.** Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI - AN/Apade, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades de história ao contrário, ou, como desencaminhar ao aluno da classe especial.** 3 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2004.

PUESCHEL, S.M. e colaboradores. **Síndrome de down guia para pais e educadores.** 9ª Edição. São Paulo: Papyrus Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **An overview of Down syndrome.** Arlington, TX; Association for Retarded Citizens of the United States, 1986

\_\_\_\_\_. **Physical chacacteristics, chromosome analysis, and treatment approaches in Down syndrome.** In C. Tingey (Ed.), **Down syndrome: A resource handbook.** Boston; College-Hill Press/ Little, Brown & Co., 1988, pp. 3-21.

SASSAKI, Romeu k. **Inclusão construindo uma sociedade para todos.** 7ª Edição. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VOIVODIC, Maria Antonieta Machado de Almeida. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch **Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZAUSMER, E., & SHEA, A. **Motor development.** In S.M. Pueschel (Ed.), **The young child with Down syndrome.** New York; Human Sciences Press, 1984, pp. 143-206.